

Um editor dublê de tradutor: Entrevista com Marcos Marcionilo

*Dennys Silva-Reis¹
Lauro Maia Amorim²*

MARCOS MARCIONILO é formado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde seguiu um mestrado em filosofia contemporânea com estudos sobre a filosofia de Michel Foucault. Conhece as línguas francesa, italiana, espanhola, inglesa. Exerce a profissão de tradutor desde 1987, tendo traduzido livros como *Introdução ao existencialismo*, de Nicola Abbagnano; *Filosofia da linguagem*, de Sylvain Auroux; *A invenção da paisagem*, de Anne Cauquelin. Desde 2001, é sócio-editor da Parábola Editorial.

1) O senhor é sócio de uma editora de considerável prestígio no campo acadêmico, com obras muito relevantes para os estudos da linguagem. Sabemos que, em um país como o Brasil, o sucesso econômico e a ascensão social de uma pessoa podem, em grande medida, torná-la mais próxima de certo ideal de embranquecimento. O senhor se considera negro? O senhor acredita que pode ser etnicamente identificado de modo diferente, no Brasil, como branco, por exemplo?

Não acredito não, nem aceito ser identificado como branco. Em minha trajetória, vigora cada vez menos o “ideal de embranquecimento”. Não vou negar que ele já não me tenha rondado, especialmente na juventude. Mas, a essa altura,

1 Doutorando em Literatura na Universidade de Brasília (UnB). E-mail: reisdennys@gmail.com

2 Professor Assistente Doutor do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de São José do Rio Preto, São Paulo.

esse “ideal” não vigora. Aliás, eu jamais diria que o embranquecimento possa ser qualificado de “um ideal”. Embranquecimento é puro engodo num país de esmagadora maioria negra. Enegrecimento é que deve ser o ideal proposto a nós, os pretos. O simples fato de uma revista especializada em tradução como os *Cadernos de Literatura em Tradução* dedicar um número ao tema “Negritude e tradução” serve como indicador do esmaecimento do embranquecimento, que certamente atuou, e até atua ainda, como dispositivo de assimilação dos profissionais negros, mas que, felizmente, perde cada vez mais espaço para a assunção da negritude. Recordo um censo populacional de anos atrás, quando tive de recusar com veemência o qualificativo “pardo”, com a recenseadora dizendo que eu não sou negro. Pardo então, pela pele clara num fenótipo negro. E em um censo posterior, quando o critério já era a autotranscrição, recordo a resistência de outra recenseadora em aceitar que eu me autodeclarasse negro. Mesmo sendo evidentemente mestiço, com antecedentes negros, brancos, índios, me declaro negro. Costumo brincar dizendo que sou um típico preto branco brasileiro, mas essa é uma brincadeira feita a sério. A negritude é minha herança, é como negro que atuo profissionalmente, enquanto espero e atuo para que se instaure relações democráticas, nas quais a raça não balize privilégios de partida.

2) *Como e por quais motivos o senhor enveredou pela tradução? Foi fácil se tornar tradutor profissional? A cor de sua pele foi algum empecilho neste caminho?*

Enveredei pela tradução por mero acaso. Por isso também brinco a sério quando me digo dublê de tradutor. Não obstante as cerca de 80 obras traduzidas, a tradução não é, quem dera viesse a ser, minha atividade principal. Voltando ao acaso que comeci a contar, como revisor e editor de textos, eu já lidava íntima e diariamente com originais nas línguas das quais traduzo atualmente. Em 1987, cometi um erro grave com prejuízo para as Edições Loyola, editora da qual à época eu era editor de textos. Quando busquei explicar e me desculpar, meu mestre editor e diretor, Pe. Gabriel Galache, SJ, me disse: “Desculpo seu erro, mas, diante do prejuízo que vou ter de assumir, quero saber em que você pode contribuir para minorá-lo”. Havia um livro esperando tradução, *La Chiesa – icona della Trinità*, da Editrice Queriniana, de Bruno Forte. Então me ofereci para traduzi-lo fora do expediente de trabalho como forma de compensação pelo prejuízo causado. Pe. Galache autorizou o trabalho. Desde então, encontrei na tradução a atividade editorial que mais me realiza. Não parei mais de traduzir. De certo modo, então, foi facilíssimo me tornar, não um tradutor profissional, mas um dublê de tradutor.

Minha atuação prioritária é a edição, trabalho como editor da Parábola Editorial, casa editora da qual sou sócio, mas tenho na tradução meu oásis, onde me preparo para a batalha da formação de meu catálogo.

A cor de minha pele nunca configurou empecilho para eu poder atuar como tradutor. Talvez porque eu venha atuando no meio editorial desde a adolescência no seminário. Por conta de minha agenda de editor, ainda é comum eu recusar, contrafeito, convites para traduzir e de vez em quando, como agora, capítulo diante de um convite de algum[a] editor[a] amigo[a]. O fato de ter uma editora me dá oportunidade de traduzir aquilo que eu queira, o que me põe numa situação particular. Então, francamente, não posso atribuir à cor da pele nenhuma das minhas dificuldades.

3) Quais são os seus critérios para definir uma boa tradução? E quais os conselhos que o senhor daria para quem está iniciando agora?

A posição que o tradutor ocupa é a de coautor de toda obra que traduza para o português brasileiro. Então eu diria, a intenção do tradutor deve ser a de chegar à melhor expressão possível em português brasileiro daquele conteúdo teórico ou artístico ou técnico que o autor da obra na língua-fonte concebeu. Fidelidade ao conteúdo e autonomia na forma. Isto é, buscar dar ao leitor a plenitude maximamente alcançável do que o autor diz na forma mais legítima, na forma mais compreensível na língua-alvo. Para tanto, se não de fazer todas as pesquisas necessárias, todas as meditações, todas as ruminções sobre o texto original, todas as ponderações, todas as consultas a tradutores e/ou especialistas e a utilização de todos os recursos tecnológicos postos atualmente à disposição dos profissionais em tradução. Não se pode ter preguiça, não se podem economizar esforços para chegar a um texto autônomo em português brasileiro. Fiel ao conteúdo, mas autônomo e atual na expressão. Nesse sentido, é preciso fugir dos servilismos. Abomináveis são as traduções servis, tanto quanto as traduções falseadoras, fruto de facilitação. Se a tradução tem cada vez maior presença e importância na atividade editorial global é porque ela tem recursos e força suficientes para dar aos leitores obras que lhes interessem e os façam avançar em sua reflexão, sem submissão e sem imitação de um original que eles não apreenderiam se mantido na língua original.

4) O senhor conheceu ou conhece atualmente outros tradutores negros? O que justificaria, na sua opinião, a existência de tão poucos tradutores negros no mercado da tradução?

Conheço poucos tradutores negros. Na verdade, conheço nenhum. Aliás, conheço poucos negros atuantes em profissões que exijam formação específica de modo geral. Poucos negros professores em ensino superior, médicos, empresários, físicos, arqueólogos, artistas plásticos, escritores, críticos literários, linguistas... Essa ausência gritante tem para mim dois nomes: resquício e dívida histórica. Resquício de uma política de submissão étnico-racial com a qual não podemos mais compactuar. Dívida histórica a ser paga urgentemente na moeda da educação inclusiva, porque uma sociedade que se queira democrática tem por obrigação ser acolhedora e promotora de todos os seus cidadãos e cidadãs. É evidente que o que justifica, sem jamais justificar, a existência de poucos tradutores negros é a exclusão planejada e violentamente implementada dos negros da sociedade brasileira. Das sociedades mundiais.

5) A historiografia da tradução no Brasil mostra importantes tradutores negros como Machado de Assis que, além de escritor, também foi crítico da tradução. Qual sua opinião sobre a teoria da tradução? Ela é importante na formação de um tradutor?

Oportuna menção a Machado de Assis como tradutor. Mais oportuno ainda mencioná-lo como negro, por mais branqueamento que se detecte em torno de sua figura histórica. A insistência no reconhecimento das exceções negras que ascenderam lutando contra o totalitarismo branco é mais que oportuna no momento em que as políticas de inclusão econômico-social étnico-racial no Brasil estão ameaçadas e parecem recuar, fazendo-nos retroceder enquanto sociedade democrática.

Mas a pergunta é sobre teoria da tradução... Ela é fundamental, ainda mais fundamental que o acesso às ferramentas de tradução. Apesar de minha experiência ser a de um tradutor empírico, formado no chão da gráfica, em consequência de uma formação mais ou menos extensa em ciências humanas ao longo da vida, insisto na importância da teoria da tradução para a formação de profissionais competentes. Mais, insisto, para começar, na formação em estudos da tradução nos cursos de Letras, não para impedir que surjam tradutores de outros campos, mas para garantir que se possa refletir cientificamente sobre todas as questões teóricas que atravessam o ato de traduzir. Para garantir uma reserva de pensamento numa atividade que se prova sempre mais necessária. Quem começa pela prática, por outro lado, como muitos de nossa geração, precisa procurar minorar com leituras, participação em eventos e conversas com outros profissionais elementos de teoria da tradução para se posicionar no campo, não apenas tecnicamente, mas

no quadro maior da história e da sociedade e das lutas econômico-políticas nas quais estamos sempre, mesmo que não nos demos conta, atuando. Essa posição terá, quando menos, o benéfico efeito de extinguir a crença segundo a qual falar proficientemente uma língua qualquer habilita a traduzir, interpretar, verter, dublar, legendar, e por aí vai.

6) Tobias Barreto enquanto tradutor foi um grande difusor de ideias alemãs em uma época em que as ideias francesas dominavam no Brasil. O senhor acha que o tradutor, de alguma forma, pode ser o mediador de novos paradigmas intelectuais, ideológicos e filosóficos?

Pensando no tradutor individualmente, talvez sejam notáveis exceções aqueles que chegam a atuar como mediadores de novos paradigmas intelectuais, ideológicos e filosóficos, justamente como Tobias Barreto, o “mestiço de Serpente”, o “mulato desgracioso”, com seu *Deutscher Kämpfer* (O Lutador Alemão), jornal composto e impresso em Escada, PE. Seu interesse pelas ideias de Riehl, Burckhardt e Gustav Freitag era uma atividade essencialmente política. Aqui é preciso atentar para o fato de que a atuação de Tobias Barreto como tradutor parece decorrer de um projeto político mais amplo, que talvez pudéssemos chamar de “projeto liberal de formação da identidade nacional”, que ele compartilhava com João Ribeiro, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Clóvis Beviláqua etc. Não sei se Tobias Barreto se diria um tradutor politicamente empenhado, ou um cidadão comprometido, até mesmo por meio da tradução quando preciso, para a introdução, via magistério e militância, de noções e princípios políticos, entende? Mas como estamos falando em exceções, elas podem [e devem!] crescer e se multiplicar. No cenário atual, o tradutor é elo de uma cadeia profissional mais complexa, na qual têm lugar estruturas profissionais mais amplas e interesses os mais variados, que vão do puro entretenimento até a educação e inclusão em todas as suas possibilidades. Então, não sei se seria o caso de reservar ao tradutor um papel maior do que o seu já muito importante papel, deixando espaço, claro, para as exceções, sempre muito bem-vindas.

7) Como o senhor vê a autoria ou a coautoria do tradutor no texto traduzido? As marcas do tradutor implícitas (sintaxe e semântica autoral) e explícitas (nota de rodapé, prefácio e posfácio de tradutor) fazem a tradução ficar mais autônoma? É regra para o mercado editorial?

Todas as traduções publicadas pela Parábola Editorial trazem para a capa o nome dos tradutores, numa demonstração de que a tradução é por nós qualifi-

cada como coautoria a título pleno. Essa é uma regra que deveria ser aplicada por todo o mercado editorial, que ainda comete o erro grosseiro de fazer divulgação de obras traduzidas sem fazer constar o crédito de tradução, ou que não registra esse mesmo crédito pelo menos no frontispício de cada obra, escondendo-o na página de créditos e na ficha catalográfica. É preciso estabelecer, de uma vez por todas, e informar a todos os leitores que tradutor[a] é coautor[a] e a tradução, definitivamente, precisa deixar de ser considerada como uma intervenção acessória, para ser tida na conta de intervenção possibilitadora da existência da obra em determinado universo linguístico.

Marcas implícitas e explícitas realmente contribuem para a autonomia da tradução e são bem-vindas. Mas enquanto editor, tenho de ter o cuidado de evitar que tais marcas se tornem campo de aberto litígio entre as esferas autoria/tradução, que devem ser complementares. Especialmente quando se trata de notas de rodapé, prefácio e posfácio de tradutor, é necessário medir bem a dose e a necessidade. Lembro ainda hoje de uma nota de tradutor ao texto do Evangelho de Lucas na *Tradução Ecumênica da Bíblia*. Chocado com a abordagem exegética ecumênica da TEB, o padre tradutor meteu na narrativa do nascimento de Cristo uma nota de tradutor que contradizia e invalidava a postura ecumênica da nova tradução quanto ao parto virginal de Maria. Não hesitei nem um momento em cortá-la, por se tratar de “desautoria” numa atividade que supõe coautoria.

8) Em períodos anteriores no Brasil, muitas foram as traduções indiretas, ou seja, quando a língua era muito diferente ou fora do círculo das línguas estrangeiras mais estudadas/difundidas no Brasil, se traduzia de uma tradução já feita no exterior como por exemplo a obra de Mikhail Bakhtin que originalmente foi escrita em russo, posteriormente traduzida no Brasil em francês e recentemente está sendo republicada com tradução direta do russo. Qual sua opinião sobre as traduções indiretas e sobre as editoras que ainda fazem este tipo de publicação? O senhor já fez alguma tradução indireta?

Traduções indiretas deveriam ser proibidas por lei. Como não o são, vigoraram por tempo demais, causando prejuízos à difusão e apreensão de ideias. Ainda bem que estamos deixando para trás esse tremendo equívoco com seus efeitos deletérios para a cultura e o saber.

Eu sempre quis registrar um fato histórico a esse respeito e agradeço que esta entrevista me dê a oportunidade de fazê-lo: durante muito tempo, a merecidamente célebre Editora Martins Fontes adquiria o *copyright* para o Brasil de várias obras. Adquirida a obra, eles tomavam o cuidado de verificar se já havia edição

portuguesa dessas obras, normalmente obras científicas na área de humanas. Era prática comum de muitas editoras. E assim foi na aquisição de *Les mots et les choses*, de Michel Foucault. Adquiridos os direitos das Éditions du Seuil, Paris, a editora brasileira convidou Salma Tannus Muchail para fazer um trabalho de abrambrileiramento da edição portuguesa. Ora, Salma T. Muchail é simplesmente uma das maiores especialistas no pensamento de Foucault e, claro, como tal, se recusou a fazer o tal abrambrileiramento, sustentando a necessidade inelutável de se fazer a tradução direta. Note-se que Salma T. Muchail, à semelhança de Tobias Barreto, não é tradutora de profissão, mas filósofa. E ela conseguiu convencer a editora dessa necessidade e fez a tradução direta, que resultou na edição brasileira de *As palavras e as coisas*. Esse gesto de Salma merece entrar para a história da tradução no Brasil no capítulo referente ao equívoco circunstanciado [por pressa, por premência econômica, por ganância, por amadorismo] da tradução indireta entre nós.

Editoras que ainda perpetraram traduções indiretas e plágios de traduções, especialmente de obras da literatura universal, deveriam ser cassadas, se isso fosse possível. Na ausência disso, a prática deve ser denunciada para que os leitores decidam se lerão essas contrafações ou se buscarão antes ver se há traduções diretas e confiáveis disponíveis. A não ser quando se trate de obra na qual o trabalho de tradução para a língua da qual se faça uma segunda tradução seja contribuição crítica em determinada área de estudo. É o que acabo de fazer com um artigo de Lev Jakubinskij, de 1923, *Sobre a fala dialógica* (São Paulo: Parábola Editorial, 2015). O texto foi traduzido, editado, comentado e apresentado por Irina Ivanova e editado em francês em 2012 numa obra maior intitulada *Lev Jakubinskij, une linguistique de la parole (URSS, années 1920-1930)*, obra composta de textos editados e apresentados e, claro, traduzidos por Irina Ivanova e Patrick Sériot para as Éditions Lambert-Lucas. Nesse caso, retomando a pergunta anterior, os tradutores trazem contribuição inédita à nova edição. O caso é totalmente distinto de traduções indiretas feitas por preguiça ou por economia burra.

Pessoalmente nunca fiz tradução indireta e creio que, diante dessa hipótese, me recusaria, seguindo o exemplo nunca suficientemente louvado de minha ex-orientadora, Salma Tannus Muchail, professora titular da Faculdade de Filosofia da PUC-SP.

9) *Recentemente Antoine Saint-Exupéry fez 70 anos de morte e sua obra mais conhecida O pequeno Príncipe começou a receber novas traduções. Entretanto, a primeira tradução brasileira desta obra foi feita em 1952 por Dom Marcos Barbosa e continua sendo publicada até hoje. Porém, ao observarmos as edições desta tradução percebemos principalmente mudanças de*

léxico e sintaxe e atualizações ortográficas, o que parece ser uma estratégia da editora para que este texto já datado se torne mais fluente para o leitor que vai comprar a publicação contemporânea. O senhor poderia nos explicar quais os processos de análise e publicação de uma tradução? Até que ponto uma editora pode interferir no texto do tradutor antes de publicá-lo? Quem são estes agentes da tradução publicada além do tradutor? O revisor de texto em português da editora geralmente sabe a língua estrangeira do texto traduzido? Ele também consulta o tradutor antes do texto sair publicado?

Quantas questões numa só pergunta! Vamos lá, atentando sempre para o fato de que só posso falar de um ponto de vista circunscrito a minha própria atividade, que se restringe ao campo de edição de livros.

Normalmente as editoras fazem testes com candidatos a trabalhos de tradução, recebem indicações de bons tradutores, que são ou não submetidos a testes e, a depender do nível e do ritmo de sua produção, mantêm verdadeiros departamentos terceirizados de tradução. Outras recorrem a agências de tradução. Geralmente, não se veem tradutores contratados trabalhando internamente em editoras. A terceirização e a cessão dos direitos de autor sobre a tradução são a regra. Tenho a impressão de que as editoras também escalonam seu corpo de tradutores por competência e, às vezes, por área. O escalonamento por competência, mesmo não explicitado, é prática visível e se reflete no preço/lauda que se paga. No topo, poucos tradutores, na base, mais profissionais, especialmente se em início de carreira. Todas as traduções são editadas por editores de texto que, no fundo, são aqueles que determinam a escala de tradutores pelo critério de competência já mencionado.

Toda vez que entrego uma tradução, solicito, muito delicadamente, que depois de editados [cotejados, preparados para a diagramação], emendas e dúvidas me sejam apresentadas, ou, quando menos, que eu possa ler ou lançar olhos sobre as últimas provas. Na maior parte das vezes, alcancei meu intento porque sempre traduzo para editores[as] amigo[as] quando não traduzo para a Parábola Editorial. Neste caso, tenho controle da tradução. Mas essa não é uma regra. Há desde editoras que recebem os textos e os processam e mandam imprimir sem dar a mínima atenção aos tradutores [e então absurdos atribuíveis ao tradutor/coautor podem acontecer, e acontecem], até tradutores que, em busca de uma renda compatível com suas necessidades e anseios, economicamente pressionados, já estão imersos em outro trabalho, sem tempo e sem paciência para revisar um livro anterior. Então, é possível afirmar que se dão todas as situações, de um extremo a outro do espectro.

O revisor de provas pode ou não conhecer a língua-fonte da tradução que está revendo. Mas o editor de textos, ou copidesque, tem essa obrigação. Ao menos idealmente, é obrigatório que ele possa proceder a um rigoroso cotejo do original com a tradução, para evitar saltos de tradução e, fundamentalmente, para poder discutir com o tradutor possíveis problemas de tradução. É nesse momento que se estabelece o texto. Passada essa fase de preparação, o texto sofrerá um ciclo de revisões linguísticas e de projeto gráfico.

Então, interferem no texto publicado, além do tradutor, o editor, o editor de textos, os revisores tipográficos e, em certos casos, revisores técnicos.

Se fosse possível estabelecer uma regra, eu diria ser obrigatório apresentar aos tradutores, assim como aos autores, o texto final para autorização de impressão.

10) Observando um pouco o mercado editorial, percebemos que poucos são os autores negros traduzidos no Brasil, sejam eles teóricos ou literatos. Qual seria sua visão sobre este tema?

O preconceito racial é uma chaga universal e está calcado na negação de acesso à educação formal no propósito claro de manter as populações negras em posição de inferioridade econômica. Basta olhar ao redor para constatar essa manutenção forçada das populações negras em situação de desvantagem. Basta ter ouvidos de ouvir e olhos de ver. Evidente que essa ideologia discriminatória dará como resultado nossa baixa representação no mercado editorial. Como todo preconceito, o racial é aquele que deve ser alvo de intenso bombardeio por parte de quem já se deu conta da desumanidade dele, negros ou não negros.

11) O senhor trabalhou durante vários anos numa editora católica e lá traduziu vários livros religiosos. O senhor já traduziu algum livro de religiões de origem africana? O senhor acha que tal literatura é pouco traduzida ou mesmo pouca difundida no Brasil pelo fato destas religiões serem majoritariamente divulgadas e praticadas por negros?

O ecumenismo ainda é apenas um ponto ideal numa trajetória cheia de empecilhos politicamente estabelecidos. Ainda não chegamos ao ponto de uma editora confessional católica se dedicar a publicações sobre as religiões de origem africana. Jamais traduzi nada sobre as religiões afro, infelizmente. Não existe uma explicação fácil para o fato de a literatura afro ser pouco traduzida e pouco difundida no Brasil. Mas eu ousaria dizer que as religiões de matriz africana são majoritariamente praticadas por negros onde a concentração populacional negra

é maior. Por todos os candomblés onde passo em São Paulo, sinto falta de negros, vejo sempre uma maioria branca. O mesmo certamente não poderei dizer estando na Bahia ou no Rio de Janeiro, por exemplo. Fato é que as religiões de origem africana são majoritariamente praticadas por populações pertencentes à base da pirâmide social, com poucas e louváveis exceções. Ora, a base de nossa pirâmide social é parte mestiça, parte negra, parte branca, parte índia, mas inegavelmente pobre. Como a racionalidade é, antes e acima de tudo, econômica, vejo aí como fator determinante a pouca difusão e a pouca tradução de obras que versem sobre religiões de origem africana.

12) Apesar da Parábola Editorial, da qual o senhor é proprietário, ter um foco nos estudos linguísticos, o senhor vê alguma possibilidade de que a editora possa, algum dia, dar espaço, por exemplo, à tradução de gêneros literários como prosa e poesia, incluindo obras de autores negros?

A Parábola Editorial manterá seu foco nos estudos linguísticos. Infelizmente não vejo, especialmente agora, perspectivas de abrir espaço para a publicação de prosa e de poesia. Mas isso não nos impede de publicar autores[as] negros[as] de maneira alguma. Toda vez que um[a] autor[a] negro[a] surgir com uma obra em sintonia com nossos interesses editoriais, sua obra será contratada e publicada.

13) O senhor concorda com a política de cotas raciais nas universidades? Argumente-se que as cotas seriam uma forma de, mesmo que temporariamente, reverter o processo de marginalização sistemática dos negros na sociedade brasileira. Nesse mesmo contexto, o senhor concordaria com a extensão das cotas raciais para a iniciativa privada, incluindo, por exemplo, maior espaço para profissionais negros nas editoras?

Concordo com as cotas raciais nas universidades públicas. Quando elas surgiram, eu pessoalmente, que sou um fruto da meritocracia [o mérito pessoal aparentemente me resgatou da extrema pobreza, porque nasci preto, pobre e pernambucano, mas consegui me subtrair às injunções dessa tragédia anunciada], as encarei com ceticismo. Mas, revendo minha própria história, vejo que muitas pessoas me abriram espaço em boas escolas, numa espécie de criação de uma cota para um pobre determinado, que por acaso era eu. Ora, esse gesto que deu certo para mim e pelo qual serei sempre agradecido, ao se tornar política de Estado, deverá ser muito mais efetivo e significativo para a construção da sociedade brasileira. Depois de muito conversar e ler, me convenci de que é obrigação do Estado

brasileiro buscar formas de resgate da maioria de nossa população negra, relegada desde sua chegada ao papel de mão de obra espoliável de todos os seus direitos.

Por outro lado, vejo na segunda parte desta pergunta um quê de reivindicação infantil utópica ao se querer obrigar a iniciativa privada a abrir espaço para profissionais negros nas empresas, pelo fato de serem negros. Isso nos levaria a decretar a obrigatoriedade de cotas de emprego e salário para todas as “minorias”, sem tomar o cuidado de verificar se esses candidatos poderão atender ao objetivo para o qual se abre determinada vaga. O discurso inclusivo não deve, no meu entender, virar uma ditadura. A saída política para a dolorosa questão étnica brasileira se dá pela educação e pela qualificação profissional. Nesse sentido, as cotas raciais nas universidades públicas, aliadas a investimentos maciços na educação nos ciclos infantil, fundamental e médio, com o enfrentamento da evasão, são o caminho a seguir, não investir na chatice da ditadura do politicamente correto.

14) O que o senhor acha de projetos de tradução de literatura de autores negros realizados por não-negros? O senhor vê com legitimidade tradutores brancos traduzindo autores negros? Ou essa não é uma questão crucial?

Esta não é uma questão crucial. Ela me soa completamente idiossincrática, típica da ditadura chata evocada acima.

15) O senhor considera que a crise econômica atual que vivemos afetará (ou já afeta) significativamente o mercado editorial brasileiro? Houve alguma mudança de planos em sua editora no que diz respeito à publicação de novas obras em virtude dessa crise? Em vista do seu conhecimento sobre o funcionamento do mercado editorial, o que geralmente é mais afetado em uma crise como essa: a publicação de novas obras concebidas em português ou a publicação de traduções de obras estrangeiras?

Crises econômicas sempre afetam o mercado editorial brasileiro, que nunca andou com excelente fôlego. Para além das editoras de *best-sellers* e das editoras de livros didáticos, a maioria absoluta de nós luta para fechar as contas a cada exercício fiscal. É claro que a indústria editorial é isenta do imposto sobre produtos industrializados [IP], do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços [ICMS] e que o papel que compramos para imprimir nossos livros também não é tributado, é papel imune a impostos. Mas, por outro lado, a taxa de leitura no Brasil por habitante é risível. Num país de mais de 200.000.000 de habitantes,

a maioria absoluta das tiragens foi reduzida vinte anos atrás de 3.000 para 2.000 exemplares. E não é raro ver editores imprimindo 500 exemplares para ver se o livro pega, quando não manda rodar 100 por demanda para ver o que fazer a partir daí. Num exemplo mais próximo a nossa realidade, quantos estudantes de Letras há no país? Quantos mestrados e doutorandos em ciências da linguagem? Pois bem, estamos travados ali nos 2.000 exemplares.

A crise atual faz os editores reverem todos os planos de publicação de obras estrangeiras. Está se tornando inviável pagar avanços em dólar ou em euros.

Por outro lado, a editora que não publica novos títulos vê seu catálogo morrer um pouco a cada dia. Então, instaura-se clara preferência por obras concebidas em português. Basta pensar na representação brasileira na maior feira de venda de direitos autorais no mundo, a Feira do Livro de Frankfurt em 2015. Apenas 36 editoras se fizeram presentes no estande coletivo do Brasil, promovido pela Câmara Brasileira do Livro e o proprietário de uma grande editora revelou que em Frankfurt iria boiar para não afundar. Esse mar não está mesmo para peixe. Vamos insistir, esperando que a maré vire e que se possa nadar e pescar.